

BOLETIM ABCD

Especial
Ciência e Educação



Edição nº 11 | Setembro / 2022



APRESENTAÇÃO

Editorial boletim especial

A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), imbuída de sua missão e visão relacionada à cultura antidopagem, tem a prerrogativa e responsabilidade de coordenação a educação antidopagem no Brasil, em consonância com as normas internacionais. Para tanto, trabalha e entrega ações educacionais com atletas de alto rendimento – olímpicos e paralímpicos – como seu público-alvo prioritário de forma direta e permanente, com o objetivo de estimular um comportamento ativo e positivo dos atletas e pessoal de apoio ao atleta na tomada de decisão correta e ética.

Como consequência de gestão responsável, a fim de melhor gerenciar os resultados alcançados pela Política Nacional Antidopagem, a ABCD teve oportunidade de realizar em parceria com Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) uma pesquisa que contribuirá para confirmar os passos e as direções da Educação, tornando cada vez mais eficiente o Plano de Educação da ABCD e fortalecendo o Jogo Limpo.

Contar com a dedicação de jovens pesquisadores como Prof. Dr. Felipe Barreto Schuch, Prof. Dr. Luiz Fernando Freire Royes, Prof. Dr. Thiago Rozales Ramis, Prof. Dr. Frederico Diniz Lima, Profa. Dra. Núbia Broetto Cunha, Profa. Me. Aline Josiane Wacławovsky e Profa. Me. Judit Borrás Bertomeu de uma Universidade Federal de elevado conceito foi para nós uma segurança de confiabilidade nos resultados. E sem dúvida ter o apoio da SAGI liderando todo esse processo foi não só uma grata parceria como também um aprendizado pela excelência da equipe liderada pelo Dr. Felipe Ohana.

Sendo esta pesquisa a primeira de todas nesta linha, estamos otimistas de que poderemos extrair muitas melhorias ao programa de educação bem como estimular e atrair novas pesquisas no tema da antidopagem.



Luisa Parente

Secretária Nacional da ABCD

Análise do impacto das ações educacionais desenvolvidas pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem em atletas olímpicos e paralímpicos

A competição esportiva está presente na história humana desde muito tempo. Um dos maiores exemplos foram os Jogos Olímpicos da Grécia antiga. Toda e qualquer competição, antiga ou atual, se caracteriza pela busca de recompensas e prêmios e, para tanto, os atletas buscam realizar a sua preparação da melhor maneira possível, fazendo uso de métodos e/ou substâncias para alcançar seus objetivos. Entretanto, muitas dessas práticas acabam por ser escusas (Yesalis, 2002) quando apresentam duas das três seguintes características: (a) utilização de substâncias capazes de aumentar artificialmente o desempenho esportivo, (b) sejam prejudiciais à saúde do atleta ou de seus adversários e (c) que sejam contrárias ao espírito de jogo (AMA-WADA).

A partir do século XIX, a dopagem, que vai na contramão do Jogo Limpo e do espírito olímpico, começou a tomar proporções mundiais e, por isso, no Século XX, especificamente no ano de 1928, em consequência de vários problemas ocasionados à saúde por essa prática, a World Athletics, antiga Associação Internacional de Federações de Atletismo, formalizou o seu banimento. Seguido por outros órgãos, um incipiente movimento antidopagem teve início, culminando na criação da Agência Mundial Antidopagem (AMA-WADA) no ano de 1999. Tal órgão passou a ser responsável por desenvolver, harmonizar e coordenar regras e políticas antidopagem em todos os esportes e países, incluindo a criação e utilização do Código Mundial Antidopagem, a lista de substâncias e métodos proibidos, sanções e, também, os padrões internacionais, incluindo as diretrizes de educação de atletas e pessoal de apoio contra a dopagem e promoção do Jogo Limpo em âmbito mundial (Willick et al, 2016).

Neste interim e em concordância com este movimento, no Brasil foi criada a Agência Brasileira Antidoping (ABA) em 2008 e, em 2011, a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) – responsável pela Política Nacional Antidopagem. A ABCD surge, também, com um pilar visando o processo educativo, buscando tanto o Jogo Limpo quanto o ideal olímpico, apresentando os malefícios do uso de substâncias e métodos proibidos para a saúde dos atletas. Como estratégia para desenvolver a cultura antidopagem, a ABCD ministra cursos e palestras e distribui material informativo para a Rede Brasileira Antidopagem.

Unindo a busca pela excelência na educação antidopagem também exigida pela AMA-WADA (WADA, 2022) com a necessidade de avaliar a sua Política Nacional Antidopagem, a ABCD, via Termo de Execução Descentralizado (TED) com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), promoveu uma pesquisa inédita no Brasil, financiada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Com o objetivo de avaliar o impacto das ações educacionais desenvolvidas e coordenadas pela ABCD no ambiente esportivo de alto rendimento, a pesquisa verificou se a educação antidopagem recebida pelos atletas Olímpicos e Paralímpicos presentes em Tóquio 2020 foi em quantidade e qualidade suficientes no sentido de informação a respeito da dopagem e suas consequências. Para tanto, foi realizado um estudo de delineamento de pesquisa observacional de cunho transversal. Foram incluídos na pesquisa todos homens e mulheres das delegações brasileiras que participaram dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Tóquio 2020. Um total de 536 atletas e paratletas, sendo que 302 pertenciam à delegação olímpica e 234 à paralímpica. Para determinar o tamanho amostral do estudo, considerando o nível de confiança de 95% e a proporção assumida de 0,3, foi utilizado o software WinPEP versão 4.0, por meio do qual identificou-se a necessidade de uma amostra de 202 atletas e paratletas. Este estudo foi realizado por meio de um questionário on-line auto aplicado que foi enviado para toda a delegação brasileira. O formulário foi inserido em uma plataforma de pesquisas on-line SurveyMonkey® (Califórnia, EUA, 1999), sendo composto por 47 questões objetivas ou abertas.

Nesta pesquisa participaram 209 atletas e paratletas e contatou-se que 82% já participaram de cursos ou palestras ofertadas pela ABCD. Quarenta e três por cento (43%) participaram de uma ou duas palestras e 65% afirmaram que já receberam algum outro tipo de informação ou orientação da ABCD sobre antidopagem. Sessenta por cento (60%) da amostra consideraram que os aspectos mais relevantes abordados pela ABCD são os aspectos éticos e legais e 80% consideraram que a abordagem da ABCD quanto aos aspectos éticos, de saúde e legais são suficientes.

Percebe-se que as informações sobre dopagem não foram ofertadas somente pela ABCD, pois outras instituições, como o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), confederações e federações, técnicos e médicos também foram citados. Aqueles atletas que participaram dos cursos e palestras afirmaram que acham importante a iniciativa, uma vez que não teriam conhecimento sobre a Política Nacional Antidopagem se não fossem os cursos. Todavia, 46% da amostra concordou que a utilização de termos técnicos dificulta a compreensão nos cursos. Houve uma elevada participação dos atletas e paratletas presentes em Tóquio 2020 (168) nos cursos e palestras ofertados pela ABCD. A análise estatística revelou que 54% dos atletas acharam relevante a abordagem da ABCD em relação ao aspecto clínico e 83% consideraram suficiente em relação ao aspecto de saúde.

Os resultados apresentados no estudo visaram tentar orientar a ABCD no planejamento e implementação das ações de educação visando otimizar os recursos humanos e financeiros, ampliando os atendimentos. A literatura apresenta trabalhos sobre a intenção e conhecimento dos atletas sobre dopagem (Miskulin, Grbic, Miskulin, 2021; Mudrak, Slepicka, Slepickova, 2018; Morente-Sanchez & Zabala, 2013), mas, apesar disso, apresenta também uma carência de estudos no cenário mundial com amostra representativa de atletas/paratletas de um mesmo país. Diante disso, destaca-se a necessidade constante de as agências governamentais fomentarem e subsidiarem pesquisas, políticas e programas de educação antidopagem. Nesta perspectiva, a utilização dos resultados da presente pesquisa pode embasar novas intervenções públicas pelos órgãos governamentais brasileiros no sentido de apresentar as consequências do uso de substâncias e métodos proibidos, tanto na carreira profissional, quanto na vida de todos os atletas brasileiros.

Referências

Palace P. et al., Peer Education strategies for promoting prevention of doping in different populations. Ann Ig n. 31, 556-575, 2019.

Miskulin, I., Grbic, D. S., Miskulin, M. Doping Attitudes, Beliefs, and Practices among Young, Amateur Croatian Athletes. Vol. 9, article, 25, 2021.

Morente-Sanchez, J., Zabala, M. Doping in Sport: A Review of Elite Athletes' Attitudes, Beliefs, and Knowledge. Sports Med, 2013

Mudrak, J., Slepicka, P., Slepikova, I. Sport motivation and doping in adolescent athletes. Plos ONE, vol 13, article, 10, 2018.

Yesalis, C. E. History of Doping in Sports, International Sports Studies, vol. 24, n. 1, 2002.

Willick, S.E. et al., The Anti-Doping Movement, American Academy of Physical Medicine and Rehabilitation, n. 8, 125 – 132, 2016.

Este artigo não expressa necessariamente a opinião da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD)

Prof. Dr. Frederico Diniz Lima

Professor Adjunto UFSM
Professor e Pós Doutor em Educação Física
Doutor em Bioquímica
Mestre em Farmacologia

Artigo escrito em colaboração com Profª Me. Aline Josiane Wacławovsky e Prof. Dr. Thiago Rozales Ramis.

WWW.ABCD.GOV.BR

@gov.cidadania

AUTORIDADE
BRASILEIRA DE
CONTROLE DE
DOPAGEM

CANAIS EXCLUSIVOS



Tira dúvidas ABCD
ABCD Informações antidopagem
em geral Assuntos institucionais
abcd@abcd.gov.br



Educação
educacao@abcd.gov.br



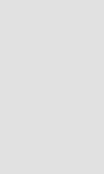
ADAMS
Atleta GAT - Localização/ Whereabouts
ajuda.adams@abcd.gov.br



Autorização de Uso Terapêutico
preencher formulário e enviar para
aut@abcd.gov.br



Gestão de Resultados
gestao.resultado@abcd.gov.br



Denúncia sobre potenciais violações
denuncia@abcd.gov.br / www.abcd.gov.br

WhatsApp
(61) 99684-5388